

PRESSÃO URBANA NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL RAIMUNDO IRINEU SERRA (APARIS), CIDADE DE RIO BRANCO, ACRE, BRASIL

Urban Pressure in The Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra (APARIS), Rio Branco City, Acre, Brazil

Presión urbana en La Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra (APARIS), ciudad de Rio Branco, Acre, Brasil

Ana Cláudia Pupim

Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental (CIGMA)
Instituto do Meio Ambiente do Acre (IMAC)

anacpupim@gmail.com

Maria de Jesus Morais

Universidade Federal do Acre (UFAC)

maria.morais@ufac.br

Resumo

A Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra (APARIS), unidade de conservação da natureza de uso direto, localizada na cidade de Rio Branco, Estado do Acre, Brasil, foi criada em 2005, no contexto do Centenário do Acre e, do Programa de Desenvolvimento Sustentável, do mesmo Estado. A partir da pesquisa de campo com observações locais mapeamos as tensões em torno da própria criação da unidade de conservação e o papel que tiveram a população residente na luta por sua criação. O núcleo histórico da APARIS é a comunidade do Alto Santo, localizada na Vila Irineu Serra, o primeiro e único centro de Daime fundado por Raimundo Irineu Serra é o Centro de Iluminação Cristã Luz Universal Alto Santo (CICLU Alto Santo). E, pelo menos outros três centros que se formaram após o falecimento do Mestre Irineu. Na periferia da APARIS se localizam os loteamentos urbanos mais recentes, que são resultados da política habitacional e/ou ocupações de terra sem vínculo cultural com o Daime, e, isso gera tensões com os seguidores da doutrina. Este artigo tem, portanto, como objetivo discutir o significado ambiental e cultural da criação da APA e, as tensões do entorno na área, principalmente os impactos sobre a cobertura vegetal, bem como as tensões relacionadas ao uso do solo, que colidem com as tradições da Doutrina. Do ponto de vista metodológico trabalhamos com entrevistas e com pesquisa bibliográfica e leitura das Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Deliberativo. Os mapas foram criados com a base de dados em ambiente de Sistemas de Informações Geográficas (SIG).

Palavras-chave: Raimundo Irineu Serra, unidade de conservação, produção do espaço urbano.

Abstract

The Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra (APARIS) is the direct use conservation unit of nature, located in Rio Branco City, Acre State, Brazil. APARIS born in 2005, in context of Acre's Centenary and the Sustainable Development Program of this State. Field research and local observations enabled our mapped the tensions around the creation and the action that the resident population had in the struggle for creation of APARIS. The historical core of APARIS is Alto Santo community, localized in Vila Irineu Serra. The first and only Daime center founded by Raimundo Irineu Serra is the

Centro de Iluminação Cristã Luz Universal Alto Santo (CICLU Alto Santo). Three others centers formed after Master Irineu death are located in Vila Irineu Serra too. In periphery of the APARIS are located recent urban allotments results of housing policies or land occupations haven't cultural link with Daime, that's causes of tensions and conflicts with followers of Daime doctrine. In methodology we worked with interviews, bibliographical research, minutes of meetings of Deliberative Council. The maps were created in Geographic Information System (GIS).

Palavras-chave: Raimundo Irineu Serra, conservation unit, urban space production.

Resumen

El Área de Protección Ambiental Raimundo Irineu Serra (APARIS), una unidad de conservación de la naturaleza de uso directo ubicada en la ciudad de Río Branco, fue creada en 2005, en el contexto del Centenario de Acre y el Programa de Desarrollo Sostenible del Estado. A partir de la investigación sobre el terreno y las observaciones locales, mapeamos las tensiones en torno a la creación de la misma y el papel que la población residente tenía en la lucha por su creación. El núcleo histórico de la APARIS es la comunidad de Alto Santo, ubicada en la Vila Irineu Serra. El primer y único centro de Daime fundado por Raimundo Irineu Serra es el Centro de Iluminação de Iluminação Cristã Luz Universal Alto Santo (CICLU-Alto Santo). Otros três centros que se formaron después de la muerte del Maestro Irineu se encuentran en la Vila Irineu Serra también. En la periferia de la APA se encuentran las asignaciones urbanas más recientes, que son resultado de la política de vivienda y/o ocupaciones de tierras y no tienen ningún vínculo cultural con el Daime, y esto genera tensiones con los seguidores de la doctrina. Este artículo tiene como objetivo debatir sobre la importancia ambiental y cultural de la creación de la APARIS y las tensiones del entorno en la zona, principalmente los impactos en la cubierta vegetal, así como las tensiones relacionadas con el uso de la tierra, que chocan con las tradiciones de la Doctrina del Daime. Trabajamos con entrevistas, investigación bibliográfica y lectura del Acta de las reuniones del Consejo Deliberativo. Los mapas se crearon con la base de datos en el entorno de Sistemas de Información Geográfica (SIG).

Palabras-clave: Raimundo Irineu Serra, unidad de conservación, producción del espacio urbano.

Introdução

Nas cidades capitalistas, o atual modelo de produção do espaço urbano conduz à situação de degradação dos recursos naturais, reproduz o avançado estágio de artificialização das relações entre os seres humanos e a natureza, pelos papéis urbanos de produção-consumo, nas contradições entre o ambiental e o social. Para Spósito (2005), há diversas perspectivas analíticas, para a compreensão do que seja o ambiental na cidade, as quais articulam contradições. Uma delas é a associação do ambiental apenas ao natural, quando sabemos que ele contempla o social. Na cidade, o ambiente não se restringe ao conjunto das dinâmicas e processos naturais, mas das relações entre estes e, as dinâmicas e processos sociais.

A cidade é também o resultado da maior capacidade social de transformar o espaço natural, mas não deixa de ser parte deste espaço, pois depende das dinâmicas dos processos naturais, submetida a fatores climáticos, topográficos e, principalmente, na atual conjuntura, econômico-mercadoológicos, que determinam os possíveis ambientes de aglomerações urbanas.

Este artigo tem como recorte espacial a APARIS, unidade de conservação de uso direto, localizada na cidade de Rio Branco, foi criada em 2005. A área da unidade, inserida no espaço da cidade é propensa à especulação imobiliária. O seu entorno é disputado por diferentes agentes produtores do espaço, com interesses distintos, fato que gera conflitos entre esses pelo uso e ocupação do solo envolvido, os quais são mediados, direcionados ou negligenciados pelo Estado. Portanto, reflete sobre as contradições entre a legislação que regulamenta o uso e ocupação da área, a concretude deste uso e ocupação e a participação da sociedade.

A criação de áreas protegidas contextualiza um dos marcos da temática ambiental, sob a égide da criação das unidades de Conservação da Natureza (UC's). No Brasil, a Lei 9.985 de 2000, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), subdivide essas unidades entre proteção integral e uso sustentável: é recorrente as unidades de proteção integral serem criadas em espaços florestais e indicarem nos seus planos de gestão a necessidade de remoção dos moradores de seu interior. As unidades de uso sustentável permitem a presença de pessoas no seu interior, embora as terras permanecem sob o domínio particular, são sujeitas a restrições de uso, pelos objetivos de proteção da área. Para este estudo, destacamos o artigo 14 do SNUC, o qual descreve a Área de Proteção Ambiental (APA), como “área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas”.

Através do Decreto de Criação nº 500/2015, foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA) Raimundo Irineu Serra (APARIS), unidade de conservação de uso sustentável e dominialidade público/privada, que permite a presença de pessoas, mediante previsões do seu Plano de Manejo, que deveria ser discutido com a comunidade envolvida, mas foi aprovado por um grupo representante da sociedade civil e poder público, o Conselho Deliberativo instituído.

Sua criação é fruto da ação de agentes políticos da comunidade, que reivindicaram ao governo municipal, mecanismos de proteção como uma possível solução para a expansão urbana sob os remanescentes florestais da área, devido à pressão urbana no seu entorno, falta de regularização fundiária e fundamentação adequada e legislativa. Na região da APARIS existe forte especulação imobiliária e processos de ‘invasão de terras’ termo considerado por Almeida Neto (2004), como formulado por homens ‘civilizados’, para dirimir a invasão dos espaços produtivos, de modo a garantir a reintegração de posse, e descaracterizar a ‘ocupação’ dos espaços não devolutos, pois, produtivos ou não, possuem donos que por ‘direito’, devem ter a posse, perdida no ato da ocupação.

Em resposta, no ano de 2005, foi criada a Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra (APARIS). A reivindicação para a criação da unidade de conservação passou a ser vinculada a processos de compensação ambiental, em que empreendedores se valem da criação dessas unidades ou investem em projetos como compensação pela degradação das suas atividades em outro local. O Plano de Manejo da APARIS (2006) foi financiado pelo processo de negociação do Via Verde Shopping, através de mecanismo financeiro de compensação pelos efeitos de impactos ambientais não mitigáveis na Área de Preservação Permanente (APP) onde o *shopping* fora instalado. Por um lado, a gestão pública argumenta equilíbrio entre política econômica e política ambiental, através da compensação ambiental como medida protetora ao meio ambiente em busca do equilíbrio. Por outro, a compensação ambiental compreende uma transferência geográfica de passivos e benefícios capitalistas.

O processo de planejamento e gestão da APARIS encontra dificuldades que colidem com os objetivos do seu ato criação, previstos no Decreto Municipal 500/2005, os quais preveem a restauração do ecossistema e áreas degradadas/ameaçadas ao mais próximo de sua condição original; a proteção e garantia das manifestações culturais originárias, que incluem os cultivos/plantios das plantas usadas nos feitiços de Daime, através de duas plantas, denominadas como Jagube (*Banisteriopsis caapi*) e Folha Rainha (*Psychotria viridis*); o incentivo às populações tradicionais e ao manejo de uso sustentável dos recursos naturais, conforme definições do Plano de Manejo da Unidade a ser elaborado pelo órgão executor; a adequação da ocupação da área às diretrizes estabelecidas no zoneamento ecológico-econômico, do Plano Diretor e do Código de Postura do Município de Rio Branco; bem como o apoio à pesquisa científica.

Essas dificuldades são causadas pelas mudanças no espaço geográfico da APARIS, em constante transformação pelas dinâmicas e crescente pressão da mancha urbana de Rio Branco sob seu remanescente florestal, que relaciona metabolicamente a sociedade com a natureza. Com o uso de ferramentas gerenciais de apoio relacionadas ao geoprocessamento aplicado à análise ambiental, é possível a detecção de alterações ambientais ocorridas; embora não resolvam questões políticas, subsidiam decisões, com análises temporais que permitem a visualização e interpretação dessas mudanças.

O objetivo deste artigo é discutir os conflitos e tensões da Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra. Objetivamos também discutir as implicações na vila Irineu Serra com a criação da APARIS, do ponto de vista da população residente, do órgão gestor da unidade (SEMEIA) e do Conselho Deliberativo. Mapear os conflitos de interesse dos agentes produtores do espaço da cidade em torno da APARIS; e, discutir as políticas públicas para a APARIS e entorno, e as mudanças do uso do solo urbano.

A metodologia qualitativa empregada se balizou no exame, e levantamento de dados primários e secundários. A pesquisa bibliográfica foi composta por legislações, relatórios de pesquisa, livros, trabalhos acadêmicos, artigos, periódicos, jornais e revistas, Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Deliberativo da APARIS.

Já os mapas foram criados com a base de dados em ambiente de Sistemas de Informações Geográficas (SIG). O polígono da área da APARIS foi obtido através das coordenadas do seu Decreto de Criação. As informações para a área de entorno foram observadas no Plano Diretor de Rio Branco. Ambas subsidiaram as confecções do Mapa 1 – Localização da APARIS, e Mapa 2 – Pressão Urbana na APARIS. Para a elaboração do desflorestamento da APARIS, o Mapa 3, foi feita a classificação visual de imagem do satélite Landsat-TM, cena 02/067, com discussão dividida em dois momentos, situados entre 1940-1988, e entre 1989-2013. Para a confecção do Mapa 4, de Uso e Ocupação do Solo foram definidos temas para a Caracterização das Classes de Uso do Solo na APARIS, após vistoria *in loco*, com o uso do receptor de GPS e câmera digital de imagens, para a interpretação visual da imagem de satélite com a observação das fotografias digitais da paisagem, sob imagem do satélite RapidEye, órbita/ponto 1934520, com data de passagem em 17/05/2011. A identificação e ilustração das principais práticas atuais de uso do solo na APARIS, resultou nos mapas temáticos apresentados a seguir, com o intuito de subsidiar a discussão ou análise qualitativa dos mesmos.

O artigo está estruturado em três itens: o primeiro trata da discussão sobre a cidade, a natureza e o capital simbólico; o segundo, sobre a cidade de Rio Branco e a APARIS: tensões e conflitos; e o terceiro, sobre a questão do desmatamento na APARIS.

A cidade, a natureza e o capital simbólico

Henrique (2009) faz a análise da natureza na cidade na perspectiva do atrativo imobiliário: através da construção de jardins e parques pelos agentes imobiliários, cujo objetivo é a valorização dos loteamentos e das edificações construídas no entorno. Assim, a natureza na cidade passa a ser um símbolo para atrair compradores, no momento de sua valorização, por motivos estéticos ou razões das higienistas. Para o autor, a cidade e a natureza passam a ser mediadas pelo valor de troca e a volta do verde a natureza da cidade é uma forma de apropriação da natureza como propriedade privada.

No Acre tem um consenso sobre o termo ‘desenvolvimento sustentável’ e, seu decurso expresso através das suas alternativas de desenvolvimento, tornadas políticas públicas, com a Frente Popular do Acre (FPA), na liderança do governo do Estado, a Frente Popular do Acre, liderada pelo Partido dos Trabalhadores, governou o estado de 1999 a 2018. Para Moraes (2008), foi a partir do final da década de 1990, que a proposta política da FPA apresentou o modelo de ‘desenvolvimento sustentável’ como solução para a questão extrativista no Estado, valendo-se da luta dos extrativistas, e chamando a atenção da aproximação da floresta com sua gente, como oportunidade de geração de renda para todos.

Propagandeada como “Florestania” se baseou numa ideologia de vínculo dos povos da floresta e do respeito à cultura e tradição, que alia o desenvolvimento econômico com a conservação, fortalecido através do discurso da (re) invenção da identidade de acreana, a ‘acreanidade’ (MORAIS, 2008). Entretanto, para Moraes (2012), o que tem se concretizado é um modelo de desenvolvimento interessado na produção de um território de negócio, mas que na prática dissocia os recursos naturais dos povos da floresta.

Em torno do discurso da Acreanidade, fatos históricos foram trazidos para o presente e personagens foram e/ou criados ou homenageados. Neste sentido houve uma valorização da trajetória do Mestre Irineu Serra e da Doutrina do Daime, como uma religião da floresta, nascida no Acre.

Raimundo Irineu Serra, o Mestre Irineu, de acordo com a oficialidade da tradição oral e o que indica a sua lápide, veio ao mundo material, no dia 15 de dezembro de 1892,

na região da Baixada Maranhense, precisamente na cidade de São Vicente Ferrer, Estado do Maranhão.

O Mestre Irineu passa a habitar essa área da Colônia do Seringal Empresa, denominando-a Alto Santo. Com ele, um grupo de seguidores, alguns que o conheciam dos tempos da colocação onde hoje se localiza o bairro Vila Ivonete, formaram um grupo de pequenos produtores rurais, uma das faces do campesinato acreano, que se assemelha com o campesinato de outras regiões do Brasil e do mundo.

Os seguidores do Mestre Irineu, no Alto Santo, compreendem o Daime, como um líquido feito a partir de três misturas, provenientes de duas plantas nativas e água, apenas. Preparado em rituais de ‘Feitio’ com cuidados e cautela rigorosos, respeitam os ciclos da Lua e praticam dietas apropriadas. O resultado do Feitio é o líquido de cor ocre-cintilante, o Daime, consumido nas Sessões de Concentração e nos Hinários, como são conhecidos os trabalhos do Mestre Irineu.

No núcleo central da APA, está localizada a vila Irineu Serra e o Alto Santo, fundado por Raimundo Irineu Serra, a partir da década de 1940, onde convivem seus antigos companheiros, com seus descendentes e os novos moradores, seguidores da doutrina do Daime, em uma distribuição que parte do centro da área ‘protegida’ rumo às extremidades, considerando que, ocorrem na vila Irineu Serra, vários segmentos dissidentes do CICLU-Alto Santo, que deram origem a outros centros religiosos, e; b) nas suas ‘margens’ ou ‘periferias’ – onde se formam núcleos populacionais ou loteamentos urbanos mais recentes, a partir da década de 1980, sem os vínculos culturais diretos o núcleo central, a vila Irineu Serra (ou relacionados à doutrina), oriundos da pressão da mancha urbana do entorno para o centro da área ‘protegida’, no sentido ‘de fora para dentro’, intensificado nas últimas décadas.

Esses dois grupos macro se subdividem formando subgrupos, quando se aumenta a escala de análise, e constituem outras territorialidades nessas subdivisões, com peculiaridades culturais que se configuram pelos estilos de vida, pela opção de moradia ou pela falta de oportunidades. As atitudes de ambos refletem nas formas de uso do solo, e na iminência de conflitos. Há territorialidades evidenciadas pela presença dos ‘daimistas’ da vila Irineu Serra e pelos evangélicos protestantes dos loteamentos recentes. Entretanto, espacialmente, encontram-se ‘misturados’, pois são percebidas igrejas evangélicas na vila tradicionalmente ‘daimista’; eventuais conversões de ‘daimistas’ em evangélicos (protestantes) e vice-versa. É oportuno ressaltar, que as relações territoriais não são

estáticas, circunstanciadas num sistema hermético, delimitado por um polígono, pois não é todo morador da vila Irineu Serra frequentador de um dos centros de Daime localizados ali, bem como nem todos os frequentadores dos centros de Daime são moradores da vila Irineu Serra.

A cidade de Rio Branco e a APARIS: tensões e conflitos

A partir do final da década de 1990, com a chegada ao poder da FPA, surgem políticas de reforma urbana e da construção de certa identidade acreana, protagonizada pelo ‘Governo da Floresta’. Isso se refletiu na paisagem de Rio Branco, com a criação e revitalização de lugares históricos e memoráveis, pelo embelezamento do espaço num conjunto de símbolos e nomeações, que carregam tradições, como a Praça da Revolução, o Memorial dos Autonomistas, a Via Chico Mendes, o Palácio Rio Branco (MORAIS. 2008).

Em relação à questão ambiental na cidade, segundo o Plano Diretor, estão previstas as Áreas de Especial Interesse Ambiental (AEIA), “destinadas à preservação ambiental” (RIO BRANCO, Lei nº 1611/2006, Art. 195), definidas, dentre outras, as Áreas de Conservação e Uso Sustentável (AEIA I), como aquelas que:

[...] correspondem aos perímetros das APAS do Irineu Serra, Amapá, São Francisco, Reserva Extrativista Chico Mendes, Parque Chico Mendes, Parque Capitão Ciríaco e Horto Florestal, cabendo ao Poder Público o licenciamento das atividades permitidas e sua fiscalização. (RIO BRANCO, 2006b)

A APARIS está localizada cerca de 10 quilômetros do centro comercial da cidade de Rio Branco, a APARIS situa-se numa área de pressão urbana; a maior parte de seu entorno está ocupado por bairros, conjuntos habitacionais, estabelecimentos comerciais, que configuram a ocupação urbana em franca expansão. Inserida pelo Plano Diretor da Cidade de Rio Branco (2006) na zona urbana do município, sofre pressões de diversos tipos que poderiam ser evitadas se houvesse zona de amortecimento no seu entorno, pois teoricamente se estipulariam as formas de uso sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a APARIS.

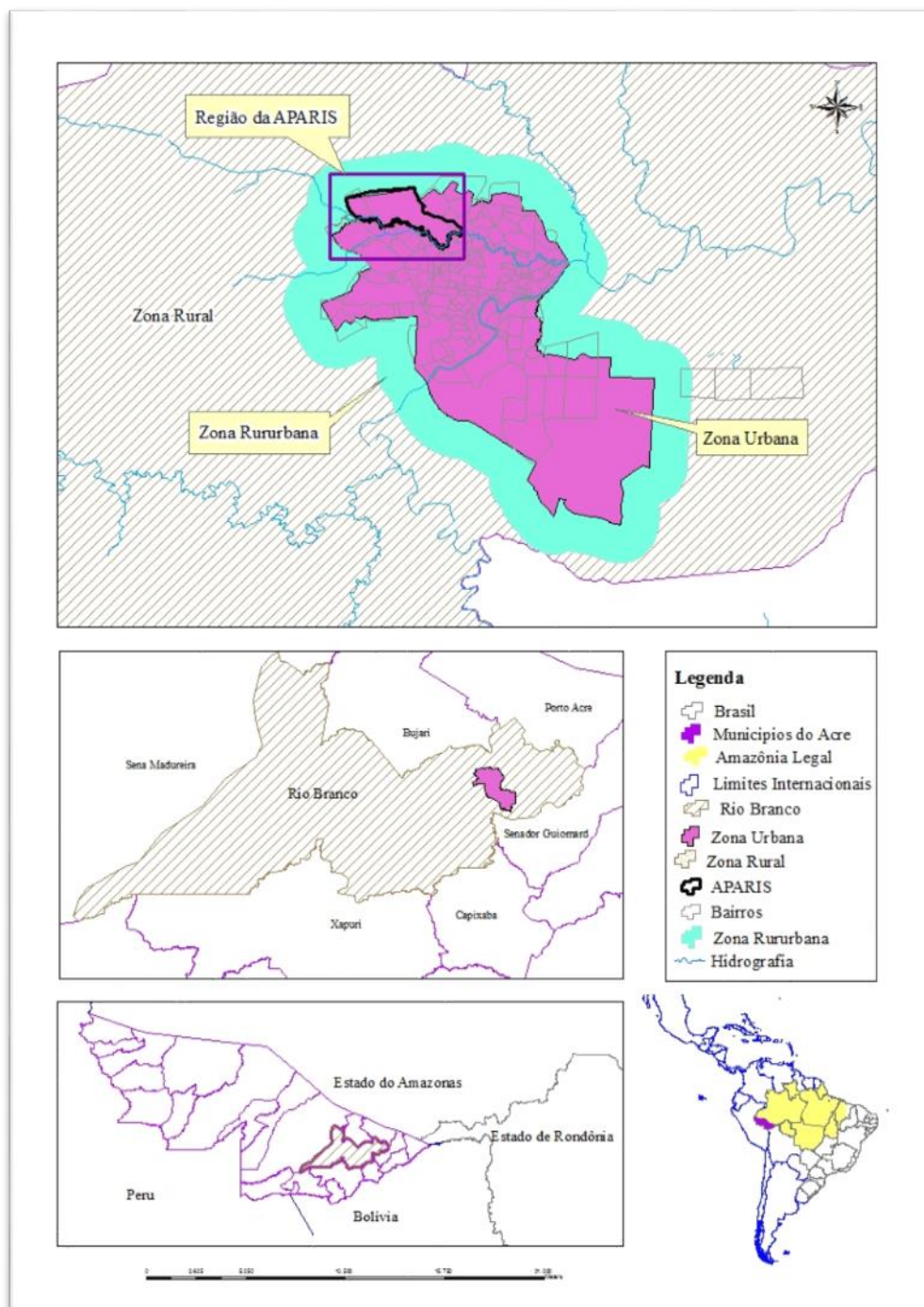
A população residente possui forte vínculo cultural com os territórios dentro da APARIS, formado em volta da presença de Raimundo Irineu Serra, fundador da Doutrina do Daime no Brasil, atualmente mundialmente conhecida, constituída por famílias e clãs

que conviveram com o Mestre Irineu, estabelecidos laços doutrinários, biológicos e ideológicos. Dentro deste espaço há também loteamentos urbanos mais recentes, criados a partir da década de 1980, sem vínculo cultural com o território.

No Plano Diretor da Cidade de Rio Branco (2006), a APARIS está localizada no perímetro urbano da cidade de Rio Branco, a capital do Estado do Acre, na Amazônia Ocidental brasileira.

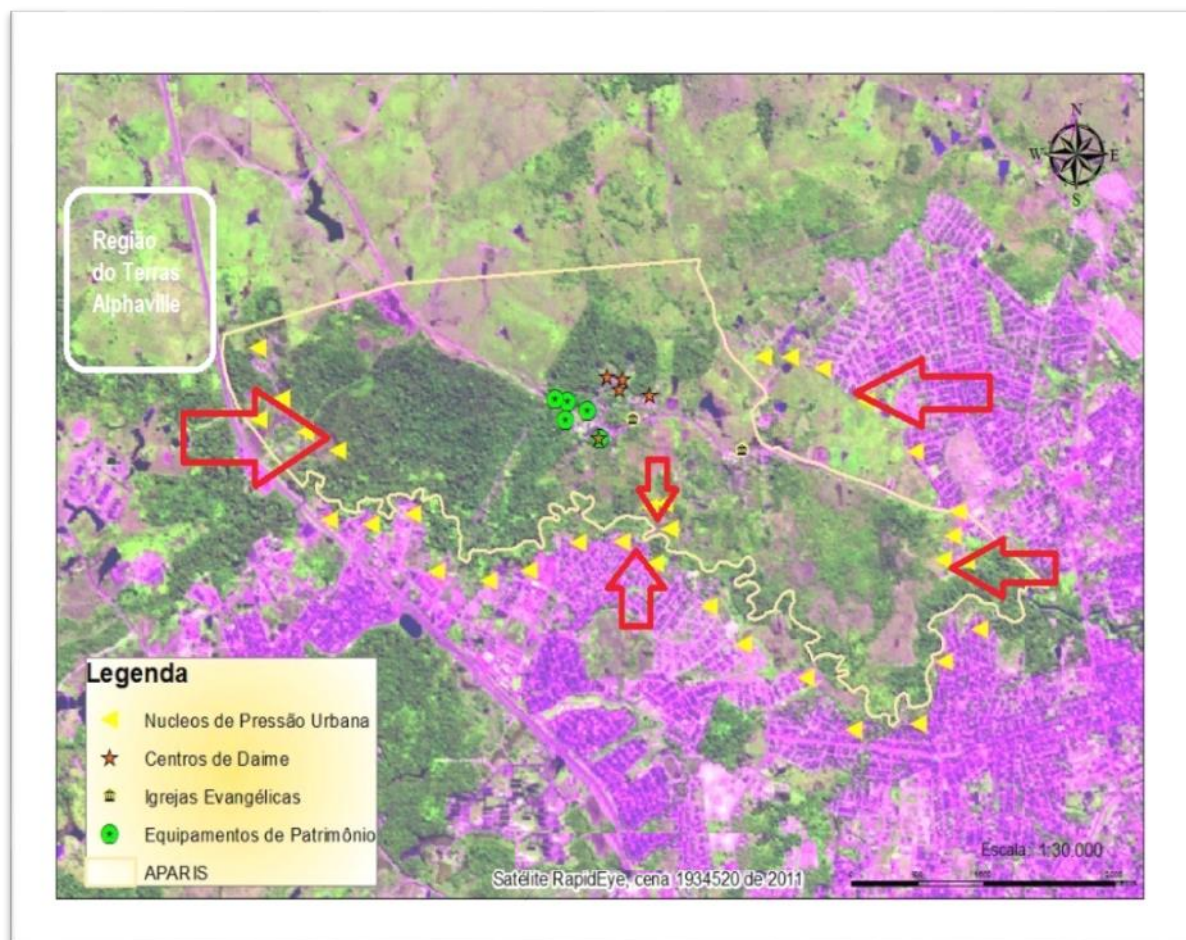
A questão do desmatamento na APARIS

A cidade de Rio Branco é a capital do Estado do Acre, localizada na Amazônia Ocidental brasileira. No seu perímetro urbano, para o efeito das políticas públicas municipais, situa-se na Regional Tancredo Neves, a APARIS, com área aproximada de 840 hectares. Os grupos residentes no espaço da APARIS, não se revelam unidade homogênea, pelas suas peculiaridades; ocorrem grupos distintos neste espaço, em termos políticos, culturais e econômicos. Na região central da APARIS, se localiza o primeiro e único centro de Daime fundado pelo maranhense Raimundo Irineu Serra, o Mestre Irineu, o Centro de Iluminação Cristã Luz Universal Alto Santo (CICLU-Alto Santo), e pelo menos outros três centros que se formaram após o falecimento do Mestre, cuja essência é fortemente enlaçada à floresta, embora sujeita às pressões externas, decorrentes do avanço da mancha urbana. Nas suas ‘periferias’ ou ‘margens’ se localizam os loteamentos urbanos mais recentes, resultado da pressão do crescimento da cidade de Rio Branco, que não possuem vínculo cultural com o Daime, porém estão inseridos na mesma área ‘protegida’, como unidade de conservação da natureza. A localização da APARIS, está ilustrada no Mapa 1:



No Mapa 2, a abstração da visão macrocósmica das territorialidades presentes na APARIS, criadas pelos grupos residentes, estão elencados em duas ‘categorias’ para simplificar a reflexão sobre os conflitos de uso e ocupação do solo: a) no seu núcleo central - localizado o Alto Santo fundado por Raimundo Irineu Serra, a partir da década de

1940, que originou a vila Irineu Serra, em uma distribuição que parte do centro da APARIS rumo às extremidades, considerando a existência de pelo menos outros três centros religiosos, e; b) nas suas ‘margens’ ou ‘periferias’ - se formam núcleos ou loteamentos urbanos mais recentes oriundos da pressão urbana, a partir da década de 1980, sem os vínculos culturais com o núcleo central, ou relacionados a doutrina Daime, resultantes da pressão da mancha urbana do entorno para o centro da unidade de conservação, e de fora para dentro, intensificados nas últimas décadas.



Mapa 2: Pressão Urbana na APARIS

Fonte: DIGEO/IMAC, Imagem de Satélite Rapideye e levantamento in loco, em 02/12/2014.

Org.: AUTORAS, 2015.

No sentido das ‘margens’ ou ‘periferias’, há três direções principais de pressão em relação ao núcleo central: leste, oeste e sul pelo Igarapé São Francisco. Esses são os pontos de pressão da mancha urbana intensos, destacados pelas setas vermelhas, pelo fato de serem muito próximas aos bairros com principal histórico de ocupação as ‘invasões’

posteriormente regulamentadas pelo poder público. São os núcleos denominados Loteamento Vila Maria (oeste), Loteamento Andiroba (leste) e Ramal do Tufi (sul), margens do Igarapé São Francisco, oriundos da pressão urbana da cidade sobre os remanescentes florestais. Esse avanço da mancha urbana mobilizará a tomada de medidas que impeçam a transformação da área nos padrões de urbanização decorrentes da produção do espaço em Rio Branco.

Ocorrem constantes ocupações irregulares, nos casos de área de particulares, denominadas ‘invasões’, num processo similar descrito por Almeida Neto (2004). Algumas propriedades da APARIS são miradas como ‘vazio urbano’; a pressão da cidade, mais sentida pelos moradores na atualidade, é concentrada no sul, margens do igarapé São Francisco, e ao longo da Estrada Raimundo Irineu Serra, na área de entorno imediata ao Loteamento Jorge Lavocat e ao Loteamento Andiroba/Santa Mônica.

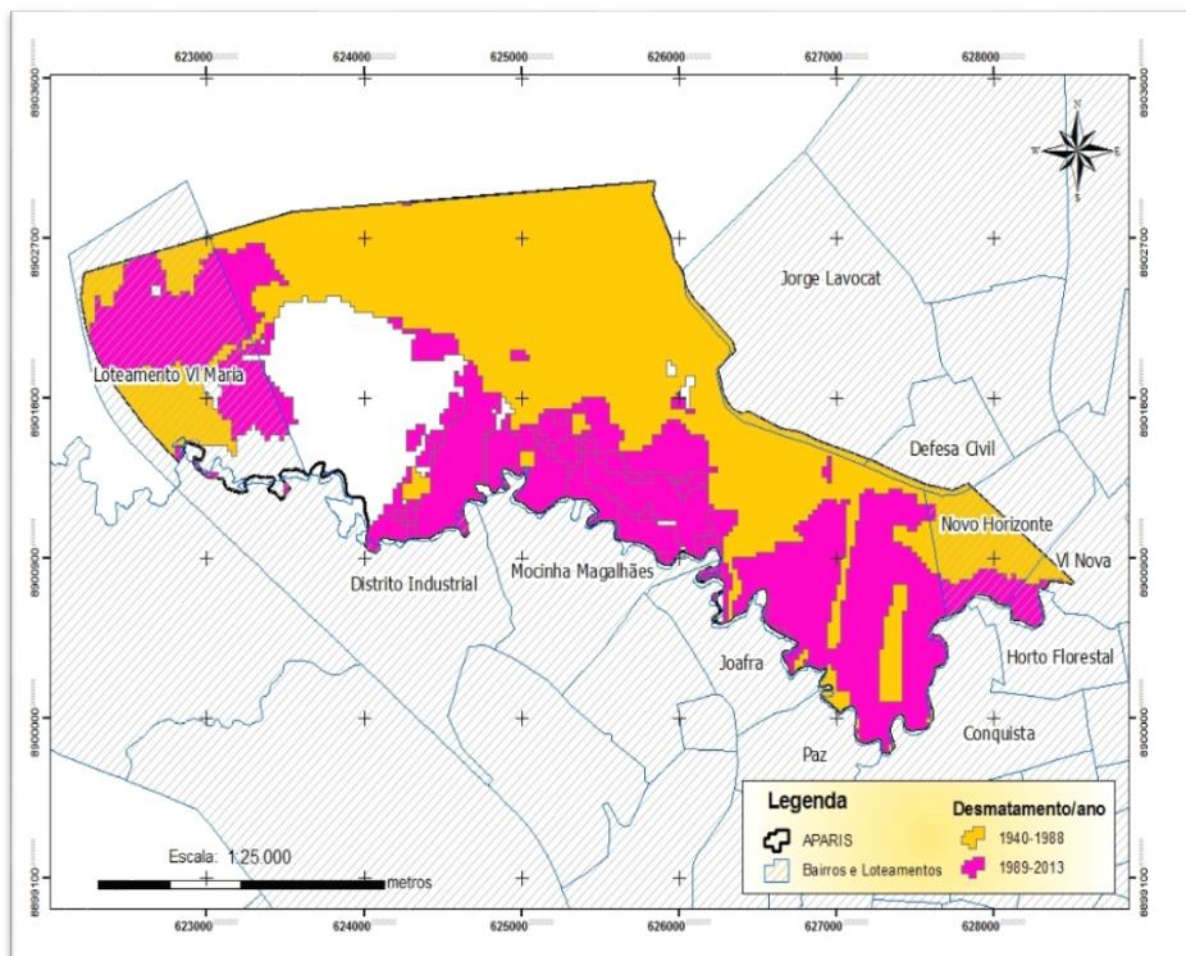
Em agosto de 2013, mais de 200 pessoas, de acordo com a imprensa local, invadiram e incendiaram área ao lado da Estrada Raimundo Irineu Serra, para a prática da autoconstrução, demarcação dos lotes e pressão para loteamento, com a ocupação iniciada pela construção de moradias improvisadas com lonas. Foram removidas após um mês, quando supostamente atendidas suas reivindicações de cadastro nos programas de moradias populares, em pauta no ordenamento urbano, como o Residencial ‘Cidades do Povo’. Na porção sudoeste da APARIS, as expensas da BR – 364 há outro loteamento, identificado no lote 1, no mesmo Mapa 3, denominado Vila Maria, com histórico de ocupação irregular, segundo o Plano de Manejo da APARIS.

Esses dois grupos sociais heterogêneos refletem diretamente as formas de uso do solo, a iminência de conflitos, na produção do espaço urbano. Há territorialidades evidenciadas pela presença dos ‘daimistas’ do bairro Irineu Serra e pelos evangélicos protestantes dos loteamentos recentes. A perspectiva de território culturalista proposta por Haesbaert (2004, 2011), de dimensão simbólica e subjetiva, na qual o território é visto como produto da apropriação ou valorização de um grupo em relação ao seu espaço vivido, que conformam novas modalidades de territorialização, geralmente aliado ao domínio jurídico/coletivo, à forma tradicional de apropriação econômica e simbólica dos espaços, por cada grupo sociocultural, nos ajuda a compreender a ação do grupo adepto da doutrina do Daime, que pela ação de alguns frequentadores ligados ao governo, se mobilizará para a criação de uma área ‘protegida’ pelo Estado. Neste movimento, na cidade de Rio Branco, a criação desta área ‘protegida’ no escopo das políticas públicas

para as Unidades de Conservação, a partir de uma lógica estatal que disciplina onde, como e dentro de quais exigências esses espaços podem constituir-se, o que deveras gera conflitos de uso do solo e colidem com tradições antigas, até então praticadas.

Essa articulação integrada do território e de territorialidade, para Sack (2011), é uma tentativa de pessoa ou grupos de influenciar, afetar e controlar outros grupos e pessoas, relações e fenômenos, quando se delimita e se assegura o controle sobre uma área geográfica. Entretanto, Raffestin (1993), leva ao entendimento do território como ‘prisão’ que os homens constroem para si, pois embora a criação da APARIS tenha os objetivos previstos em seu decreto, limita as ações humanas e causa conflitos de interesses.

Motivados pela percepção da pressão da mancha urbana sob os remanescentes florestais, diretamente relacionados ao desflorestamento da área, a observação da série histórica do Satélite Landsat, no espaço geográfico, possibilitou observar as atividades humanas a partir do ano de 1988. Anterior a este período, foi considerado o desflorestamento acumulado das décadas de 1940 a 1988, pois a ação humana na área ocorre em período anterior a 1940, mas a imagem disponível com a tecnologia dos satélites anteriores a esta data não está acessível (ou não existe) para consulta. O Mapa 4 ilustra o atual desflorestamento da APARIS:



Mapa 3: Desflorestamento da APARIS
 Fonte: Plano Diretor de Rio Branco.
 Org.: AUTORAS, 2015.

No total, foram quantificados 728ha de área alterada na APARIS, através do histórico de desflorestamento. Subdividimos os episódios em dois períodos, considerando o histórico de ocupação macrorregional, para efeito de análise das possíveis influências antropogênicas no desflorestamento da área: a) 1º Período: de 1940-1988: em 48 anos, o desflorestamento acumulado foi de 414ha. A partir dos anos de 1960, os governos militares caracterizaram a Amazônia num grande vazio demográfico, "um deserto verde", que "precisava ser povoado pela civilização", sendo intensificadas ações governamentais, as quais tornaram a região alvo de correntes migratórias, estendendo-se por toda década de 1970, resultando no crescimento populacional na região Norte, com intensa urbanização. O efeito dessas políticas públicas das décadas de 1960 a 1980 pode ser um dos vetores responsáveis pelo desflorestamento acumulado até 1988, responsável por 50% do total desflorestado detectado; b) 2º Período: de 1989-2013, em 24 anos, foram quantificados

314ha. Se observarmos as informações sobre o desflorestamento separadamente, ano a ano, no ano de 1989, o desmate foi de 187ha (22%). A partir de 1990 caiu para 14,78ha (1,6%); em 1991 aumentou 19,84ha (2,26%); de 1992-1996 se observou incrementos inferiores a 1,5%, até 1998, com registro de 30ha (3,6%), seguido de nova queda. Em 2005, ano do Decreto de Criação da APARIS, foram quantificados 18,72ha (2,23%) desmatados e subsequente queda para ordem inferior a 1%.

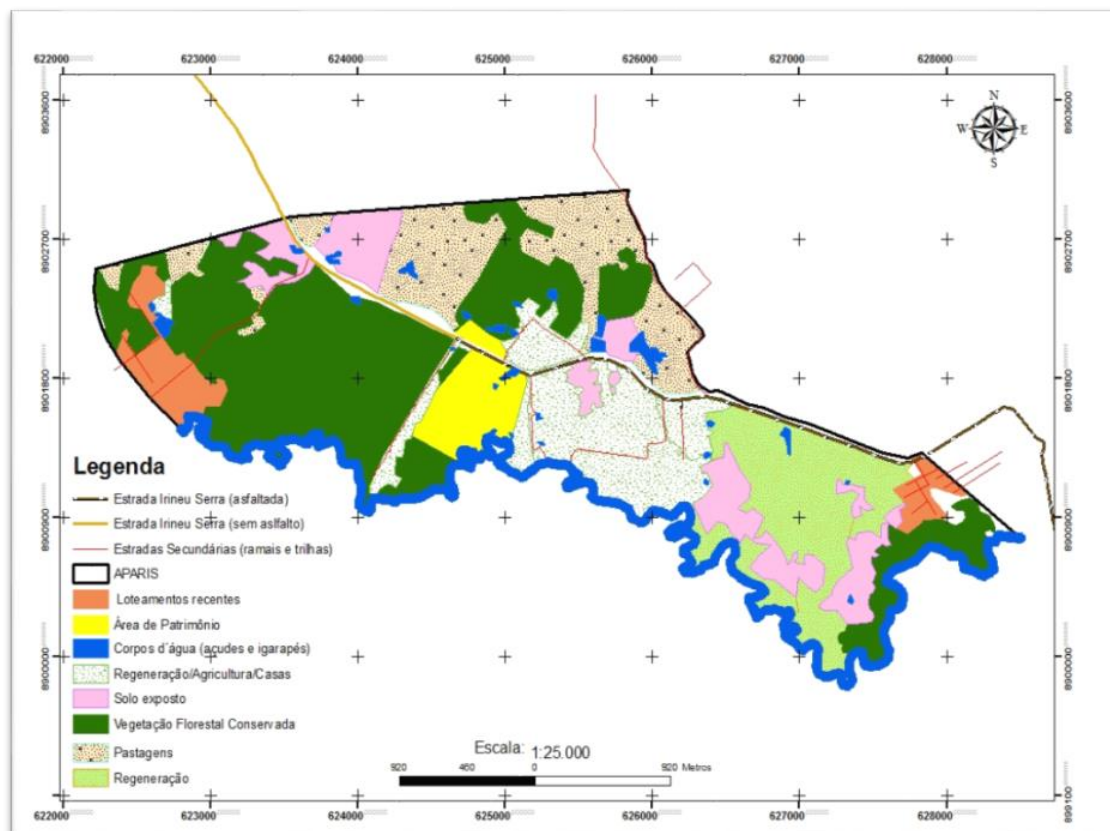
Em 2006, foram tombados equipamentos de patrimônio histórico e cultural na vila Irineu Serra, pelo Decreto nº 1489/2006 e foi regulamentado o Plano Diretor da cidade de Rio Branco, o qual inseriu a APARIS no perímetro urbano da cidade. Até o ano de 2010 foram alterados cerca de 86% do total da cobertura florestal original. Essas observações devem dar-se continuamente, seguido de picos e quedas no decorrer do tempo, e não se considera áreas em regeneração desflorestadas posteriormente.

Percebe-se relativo decréscimo, se compararmos os dois períodos, cerca de 100ha, salientando que o 1º período corresponde a cerca de 48 anos e o 2º período a 24 anos, exatamente a metade. Entretanto, é prematuro afirmar que o resultado espelha a prática as políticas públicas ambientais vigentes eficientes na conservação ambiental da área. Observou-se que o remanescente florestal é cerca de 113ha (13%), concentrado na região que abrange a presença da comunidade daimista do Mestre Irineu, indicativo da relação conservativa da comunidade com os recursos naturais.

Em relação às atuais formas de uso do solo na área, considerou-se a escala de 1: 30.000. O solo da APARIS foi subdividido em 8 categorias principais de uso, descritas por classes de uso e descrição: a) Loteamentos recentes (a partir dos anos de 1980), formado pelos loteamentos: Andiroba e Vila Maria. Observa-se a predominância de edificações, com solo desprovido de vegetação. São as áreas imediatamente adjacentes a mancha urbana, geograficamente localizadas nas ‘margens’ ou ‘periferias’ da APARIS, com predominância de uso residencial; b) Área de abrangência do Patrimônio Histórico e Cultural, onde se concentra o povoamento em torno do Daime de Raimundo Irineu Serra, conhecido como vila Irineu Serra. Conta com equipamentos de patrimônio tombados: a capela do túmulo de Irineu Serra, a casa do Sr. Leôncio, o poço que o cavou Irineu, a casa de feitiço do Daime, a sede do Alto Santo, a Escola que Irineu construiu e a casa que é hoje o Memorial. c) Corpos d'água: Corpos d'água mais volumosos, rios, igarapés, açudes, tanques artificiais; d) Regeneração, Casas e Agricultura Adensada, formadas por áreas mistas, mosaicos com regeneração florestal, moradias com padrões diversos, agricultura

familiar, sistemas agroflorestais e quintais, em alguns trechos com agricultura adensada, que é propensa a desmembramentos irregulares; e) Solo Exposto, consideradas as áreas aparentemente desertificadas, sem a presença de vegetação em qualquer estágio sucessional; f) Vegetação Florestal Conservada, formada por áreas com predominância de vegetação nativa e remanescente, estruturalmente mais densa e desenvolvida que a área em Regeneração, com indivíduos arbóreos de grande porte que formando dossel e algumas moradias esparsas; g) Pastagens, formadas por áreas com predominância de vegetação no estágio inicial de regeneração, vegetação mais rasteira com cobertura herbáceo-arbustiva aberta, ocorrendo presença predominante de gramíneas e herbáceas; e) Regeneração, formada por áreas com predominância de floresta remanescente, estruturalmente menos densa e desenvolvida que a área de Vegetação Florestal Conservada e mais densa que a Área de Regeneração/Agricultura/Casas, com indivíduos arbóreos de médio e pequeno porte e poucas moradias.

Esta classificação é representada cartesianamente no Mapa 4, que ilustra o atual uso do solo na APARIS, numa escala de 1: 30.000:



Mapa 4: Uso do Solo na APARIS
 Fonte: Decreto nº500/2005 e vistorias *in loco*
 Org.: Autoras, 2016.

Pelas informações do Mapa 4, a APARIS tem área total de 839,77ha; cerca de 290ha (35%) é coberta por fragmentos florestais caracterizados como vegetação florestal conservada, com diversas alterações na vegetação ao longo dos anos, porém em avançado estágio de regeneração, esta região ainda abriga o maior fragmento florestal do perímetro urbano do município de Rio Branco. Os corpos d'água, considerados os açudes do interior da APARIS, ocupam 11ha (1%) da APARIS. É Vegetação Florestal Conservada, com 290ha (35%) do total da área amostrada, seguida a classe de Regeneração/Agricultura/Casas, com 120ha (15%), a classe pastagem tem 118ha é similar à classe Regeneração, com 113ha, cerca de 14% cada uma. As áreas com solo exposto correspondem a 85ha (10%), as áreas com loteamentos recentes: 40ha (5%), as áreas de influência para a manutenção dos Patrimônios Históricos e culturais tombados, cerca de 35ha (4%).

As alterações são temporalmente significativas na paisagem, principalmente referindo-se à demografia, pois no local onde moravam algumas pessoas que formavam unidades econômicas camponesas esparsas, na década de 1940, passaram a configurar o universo de crescimento e pressão dos bairros do entorno, multiplicadas as unidades familiares urbanas.

Considerações Finais

Na discussão da produção do espaço urbano de Rio Branco, através da APARIS, detectamos a dimensão do território pelos códigos culturais com significado entre o homem e a natureza, num espaço apropriado de forma simbólico-religiosa, característica conflitiva com o avanço da mancha urbana de Rio Branco em direção à vila Irineu Serra. No que tange as territorialidades do local, que ensejaram na criação da unidade de conservação, por iniciativa de algumas pessoas ligadas ao poder público local e motivadas pela pressão da mancha urbana, percebem-se os conflitos, pelo dissenso entre sujeitos sociais envolvidos, desde os encarregados de administrar, gerenciar e controlar as ações, como outros agentes produtores do espaço urbano.

Atualmente, a APARIS enfrenta problemas ambientais, intensificados nas últimas décadas, com a transição das economias do meio rural para o meio urbano. As análises realizadas na definição dos temas/classes de uso do solo são generalizantes, mas imprescindíveis para o conhecimento cartesiano da área, que caracterizam o uso e

ocupação do solo por quadrantes específicos, levando em consideração os diferentes processos de produção do espaço e especificidades de território e territorialidades das populações residentes.

Os adeptos da doutrina do Daime consideram a vila Irineu Serra, através do Alto Santo, local importantíssimo de peregrinação e devoção, sitio florestal de manutenção das plantas do Daime e outras características imprescindíveis para os trabalhos desenvolvidos pelo Mestre Irineu; assim como a cidade de Benares na Índia para os hindus, e o Vaticano para os católicos. Neste entendimento, medidas de proteção e conservação dos recursos naturais e patrimônio histórico, componentes da paisagem local, foram pensados por alguns membros influentes politicamente, e frequentadores dos centros religiosos localizados na APARIS, no esforço de aliar a religião e sua ideologia com a formulação das políticas, que incluem providências para que esse patrimônio seja conservado, como se observa na região onde se situa a comunidade daimista. Conforme nos familiarizamos com os valores que se dotam os lugares, compreendemos o que o território significa, tanto para os antigos moradores, testemunhas do histórico do espaço urbano, quanto para os moradores mais recentes, das famílias tradicionais e dos núcleos desvinculados do território cultural, sujeitos ativos nas mudanças da paisagem rural/urbana.

As dimensões sociais da (re) produção do território e a indagação sobre as mudanças ocorridas na relação entre o campesinato amazônico e o Estado, remete-nos a observação da forma que os moradores se apropriam dos instrumentos de ação política dos planejadores, para seus próprios fins, e em função das estratégias de garantia da terra, dos recursos, dos seus modos de vida, que predis põem a conflitos de interesse inerentes aos mesmos, na sociedade de classes, com referenciais de ideais antropocêntricos que excluem os seres humanos da natureza. Loteamentos mais recentes, formados a partir da década de 1980, dentre os quais a Associação Monte Alegre (Ramal do Tufi), e o núcleo tradicional formado a partir da década de 1940, a vila Irineu Serra.

Para os grupos incluídos marginalmente, observa-se a intensificada tendência de ocupação dos espaços de remanescentes florestais nos centros urbanos. A APARIS, distante a cerca de dez quilômetros do principal centro comercial da cidade de Rio Branco, é pressionada pela mancha urbana da cidade, por esses grupos. A reivindicação por moradia dos movimentos sociais vem sendo acompanhada pela lógica de dotação de equipamentos urbanos essenciais e valorização fundiária, e pela titulação das terras, realizadas por projetos políticos eleitoreiros.

Com o tempo, observa-se a tendência de substituição dos moradores antigos por outros de camadas sociais mais abastadas, os quais podem pagar pela terra legalizada, levando os moradores antigos a procurarem outras áreas e repetirem o mesmo ciclo de ocupação, reivindicação do direito à cidade. Este ciclo relaciona fatores mercadológicos de valorização do solo urbano, que alguns denominam como ‘indústria da invasão’, embora sustentemos que este ciclo é rebento das desigualdades sociais, da perspectiva de acumulação capitalista, pelos menos favorecidos pela lógica de exclusão e segregação na sociedade de classes.

A disposição desses grupos dentro da APARIS gera conflitos de ordem fundiária e social, simbolizados pelo Ramal do Tufi, disposto geograficamente nas ‘periferias’ ou ‘margens’ da área da APARIS.

De forma geral, constatamos que a proximidade da vila Irineu Serra com a cidade e a pressão da mancha urbana decorrente dessa proximidade, interfere nas relações dos compositores do espaço urbano da APARIS, e causam conflitos. Ocorrem constantes ocupações irregulares dentro das áreas, nos casos de particulares, denominadas ‘invasões’, que incidem no olhar para a APARIS como ‘vazio urbano’. A pressão da cidade, cada vez mais sentidos seus efeitos pelos moradores, é concentrada no sul, margens do igarapé São Francisco, no leste ao longo da Estrada Raimundo Irineu Serra, na área de influência do Loteamento Jorge Lavocat e dos Loteamentos Andiroba e Santa Mônica e ao oeste pelo Loteamento Vila Maria, as expensas da BR 364.

No processo de criação da APARIS, embora o discurso oficial alardeie que foi um grupo engajado de moradores da vila Irineu Serra o solicitante de medidas de proteção ambiental ao poder público, preocupados com o avanço da mancha urbana sobre os remanescentes florestais, através de um abaixo-assinado com mais de duzentas assinaturas, percebemos que, na verdade não houve uma mobilização no sentido de construção coletiva e conscientização, mas sim um arranjo jurídico que encaixou as políticas públicas de expansão da criação de áreas ‘protegidas’ na ação da Frente Popular do Acre (FPA) no Estado do Acre, a partir da década de 1990, em prol da ‘Florestania’.

Este processo envolveu o consenso dos quatro dirigentes dos centros religiosos localizados na vila Irineu Serra, a assinarem o pedido de criação de unidade de conservação, com a ideologia de proteger os remanescentes florestais, garantir as manifestações culturais, e incentivar a manutenção da população local, em detrimento da ‘lógica das invasões’, que avança na área.

Referências

- ALMEIDA NETO, D. J. Aos trancos e barrancos. Identidade cultural e resistência seringueira na periferia de Rio Branco – AC (1970-1980). Rio Branco: EDUFAC, 2004.
- ALTVATER, E. Existe um marxismo ecológico. 2007. Disponível em: <[35173373.pdf \(core.ac.uk\)](#)>. Acesso em 29/04/2021.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília, DF: Senado, 2000.
- HAESBAERT, R. O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, R. O Território e a Nova Desterritorialização do Estado. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (Orgs.). Territorialidades Humanas e Redes Sociais. Florianópolis: Insular, 2011.
- HENRIQUE, W. O direito à natureza na cidade. Salvador: EDUFBA, 2009.
- MARX, K. O Capital. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MORAIS, M.J. Acreanidade: a invenção e a reinvenção da identidade acreana. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.
- MORAIS, M.J. Usos e abusos da imagem de Chico Mendes na legitimação da “economia verde”. In: CIMI. Do Acre: O Acre que os mercadores da natureza escondem. Rio de Janeiro, CIMI, 2012. Disponível em: < <http://www.cimi.org.br/pub/Rio20/Dossie-ACRE.pdf>>. Acesso em: 03/03/2016.
- MORAIS, M. J.; VENTURATO, R. D. Reforma Urbana nas cidades de Manaus (AM) e Rio Branco (AC): entre o “deslocamento” forçado e a “desposseção” de bens materiais e simbólicos. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCAR, São Carlos, v.3, n.1, 2013, 170 p. 89-110. Disponível em: < <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/120>>. Acesso em 03/03/2016.
- PUPIM, A. C. Territorialidades na Cidade de Rio Branco/AC: Conflitos e Tensões na Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2016.
- RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.
- RIO BRANCO, Prefeitura Municipal. Tombamento de Equipamentos de Patrimônio da Vila Irineu Serra. Decreto no 1.489 de 05 de setembro de 2006a.
- RIO BRANCO, Prefeitura Municipal. Plano Diretor da Cidade de Rio Branco. Lei no 1.611, de 27/10/2006. Rio Branco: SEMEIA, 2006b.
- Rio Branco: SEMEIA, 2006b. RIO BRANCO, Prefeitura Municipal. Plano de Gestão da APA Raimundo Irineu Serra. Rio Branco: SEMEIA, 2013.
- SACK, R. D. O Significado de Territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Orgs.) Territorialidades Humanas e Redes Sociais. Florianópolis: Insular, 2011.
- SPÓSITO, M. E. B. Os Embates entre as Questões Ambientais e Sociais no Urbano. In: CARLOS, A. F.; LEMOS, A.I.G. (Orgs.). Dilemas Urbanos: Novas Abordagens Sobre a Cidade. São Paulo: Contexto, 2005.